

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

RAFAEL SILVEIRA DA SILVA

VARIAÇÃO NA LÍNGUA ESCRITA GAÚCHA OITOCENTISTA:
levantamento de algumas formas linguísticas

Porto Alegre

2013

RAFAEL SILVEIRA DA SILVA

VARIAÇÃO NA LÍNGUA ESCRITA GAÚCHA OITOCENTISTA:
levantamento de algumas formas linguísticas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte das atividades para obtenção do
título de Licenciado em Letras pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Valéria Neto de
Oliveira Monaretto

Porto Alegre

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amigo, Eduardo de Souza Fagundes, por ter me ajudado nesta árdua empreitada e por ter passado longas doze horas me auxiliando na leitura da monografia.

Agradeço também aos amigos Camila Gouveia, Juliana Peixoto, Aline Rosa, João Pedro Freitas Dias, Franciela Arenhart Soares e Amanda Coelho por terem acreditado que a realização deste trabalho seria possível.

Agradeço a Marlene Pacheco por ter me feito acreditar que, quando tudo parece estar perdido, podemos sempre contar com um amigo e, acima de tudo, ter forças para lutar.

Agradeço à minha orientadora, Professora Valéria Neto de Oliveira Monaretto.

Agradeço aos meus colegas do grupo de pesquisa Melissa Osterlund, Roberto Nasi e Júlia Trindade pelos dois anos gratificantes de trabalho.

Também sou grato à PROPESQ/UFRGS pela bolsa de Iniciação Científica concedida a mim.

E, por último, mas não menos importante, agradeço ao meu pai, Valfrido Silva da Silva.

RESUMO

Este trabalho trata de levantar e procura evidenciar algumas formas linguísticas variáveis do português oitocentista do Brasil encontradas em alguns jornais e cartas pessoais escritas no Rio Grande do Sul. O estudo tem como objetivo verificar o uso do pronome antes ou depois do verbo (próclise ou ênclise) e de formas pessoais e de tratamento, como tu/você/vosmecê, te/ti/lhe, seu/teu. As hipóteses levantadas para o exame deste material são: 1) há uma diferença na obtenção de dados em jornais e cartas devido ao tipo de texto; 2) há variação no uso e colocação de pronomes, demonstrando a construção de uma norma para uma variedade do português brasileiro. Com isso, espera-se contribuir para uma história do português brasileiro, tendo como fonte registros escritos do século XIX.

Palavras-chave: variação linguística no século XIX; português gaúcho oitocentista; levantamento de variáveis linguísticas em jornais e cartas do século XIX.

ABSTRACT

The present work aims to collect evidences of some linguistic variable forms of the Portuguese at the nineteenth century in Brazil found in some newspapers and personal letters written at Rio Grande do Sul. This study aims to check the collocation of pronouns before and after verbs (proclisis or enclisis) and personal forms of treatment, as *tu/você/vosmecê*, *te/ti/lhe*, *seu/teu*. The raised hypotheses for this material exam are: there is a difference the acquisition of the data found in newspapers and letters due to this type of text; there is a variation of the pronouns collocation, demonstrating the construction of a norm for the Brazilian Portuguese. It is expected to contribute to the history of Brazilian Portuguese using as a source old written records produced at the nineteenth century.

Keywords: linguistic variation in the XIX century; gaúcho Portuguese in the nineteenth century; linguistic variables raise in letters and newspapers of the nineteenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 OBJETIVOS GERAIS	9
1.1 Objetivos específicos	10
1.2 Hipóteses	11
2 LÍNGUA PORTUGUESA: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO	12
2.1 O português no Brasil	15
2.2 O português brasileiro no século XIX	19
3 FONTES PRIMÁRIAS DA VARIEDADE GAÚCHA OITOCENTISTA	25
3.1 Jornais gaúchos	27
3.2 Cartas disponíveis nos Arquivos Públicos de Porto Alegre	28
3.3 Ortografia da época oitocentista	29
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	33
4.1 Levantamento de dados	35
4.1.1 <i>Dados em jornais</i>	35
4.1.2 <i>Dados em cartas</i>	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
ANEXO A: Fac-símile de uma carta	46
ANEXO B: Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos	47

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a intenção de mostrar a variação no emprego de alguns clíticos utilizados no século XIX. Mais especificamente, verificaremos o comportamento das formas proclíticas e enclíticas, com o objetivo de averiguar o surgimento de uma norma brasileira em construção, como alegam alguns estudiosos, como Tarallo (1983), Pagotto (2005) e Kato (2006). Esta monografia tratará de ilustrar uma pequena parte da riqueza que há em fontes escritas antigas, por meio de algumas formas linguísticas apontadas como salientes em estudos na área de linguística histórica do nível de análise morfossintático.

Este trabalho é fruto de minha participação em atividade de iniciação científica, em um Projeto de Pesquisa que examina variação e mudança linguística da variedade do português gaúcho. O Projeto é coordenado pela Prof. Dra. Valéria Neto de Oliveira Monaretto, do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária da Universidade Federal do Rio Grande no Sul, e pretende contribuir, de modo amplo, para uma história sociolinguística do português brasileiro, assim como faz o Projeto de Pesquisa História do Português Brasileiro (PHPB), desenvolvido por diversas Universidades do País.

Como o Projeto no qual me insiro busca descobrir e levantar fontes para estudo de variáveis fonológicas em um recorte sincrônico da língua no século XIX, participei, nesses dois últimos anos, do exame de fontes primárias para estudo da língua portuguesa brasileira por meio da língua escrita. Essa é uma das formas de investigação do passado de uma língua (FARACO, 2005), que pode auxiliar no entendimento da sua evolução.

Minha atividade principal de pesquisa consistia na leitura de jornais publicados no período oitocentista em arquivos públicos de Porto Alegre, tentando identificar aspectos como costumes gerais da época e registros ortográficos que pudessem sinalizar marcas de usos linguísticos. Depois de ler muitos exemplares, li cartas transcritas e manuscritas.

Pesquisar em arquivos históricos é uma tarefa árdua e demanda paciência. É difícil conseguir o material de que se precisa ou que se imagina existir, pois as pessoas que trabalham nessas instituições “agarram-se” a ele e o protegem “com a vida”, em função de ele ser extremamente precioso. Os recursos para o arquivamento e a restauração de obras e documentos são escassos. Quem conhece essa realidade e convive nesses arquivos compreende bem o porquê dessas importantes considerações preliminares.

O material examinado é inédito em termos de transcrição semidiplomática (isto é, transcrição fiel à grafia e a lapsos cometidos) e está em fase de editoração no grupo de pesquisa ao qual pertencço. Como tenho trabalhado nestes textos, aproveito para trazer alguns pontos deles para meu Trabalho de Conclusão de Curso. Mesmo não podendo disponibilizar ainda os *corpora* que abordo nesta monografia, apresento alguns excertos das formas linguísticas que escolhi para observar.

Também examinaremos pronomes de segunda pessoa, tanto na posição de sujeito, quanto na de objeto (*tu, te, ti*), em confronto com outras formas como *se, lhe, Vosmecê ou você*, utilizadas de modo variável no português do século XIX.

A relevância do trabalho pode ser considerada como de irrefutável indispensabilidade, pois segundo Pagotto (2005), o século XIX foi o período de consolidação do português brasileiro, uma vez que durante esse século o sistema normativo se altera, passando da norma do português clássico à norma do português europeu. Nesse contexto, insere-se nosso *corpus*, composto pelos seguintes jornais: *Amigo do Homem e, da Patria*¹(1829-1831), *America* (1870-1871), além de algumas cartas (ao todo, oito) pertencentes à família Castilhos: Júlio de Castilhos, Carolina de Carvalho Prates e Francisco Ferreira de Castilhos (filho e pais).

Em linhas gerais, esta monografia está estruturada da seguinte forma. O Capítulo 1 trará nossos objetivos gerais, objetivos específicos e também as hipóteses pensadas para este estudo. No Capítulo 2, fizemos um panorama histórico para ilustrar a formação da língua portuguesa. Este capítulo abarca guerras, conquistas, reconquistas e também os descobrimentos e as expansões ultramarinas realizadas por Portugal. Explicamos ainda como o português brasileiro se constituiu e se implementou, bem como destacamos algumas hipóteses para sua mudança. Por fim, caracterizamos o português do século XIX, trazendo para esta discussão Pagotto (2011), Lopes e Machado (2005), Marcotulio (2010) e, principalmente, Rui Barbosa, que criticou a redação da Constituição brasileira e foi um dos responsáveis por desencadear ideias que preservavam um sistema canonizado pela literatura.

No Capítulo 3, comentamos sobre o grupo de pesquisa envolvido com os jornais gaúchos do século XIX. Discutimos também sobre o surgimento da imprensa e o contexto na qual ela se inseriu. Além disso, relatamos o conteúdo geral dos jornais, trazendo informações sobre o acervo de cartas de Júlio de Castilhos disponibilizado pelos arquivos. Trazemos

¹ Esta vírgula pertence ao título original do exemplar. No período oitocentista não havia uma sistematização clara no emprego das normas gramaticais.

também Gonçalves Viana (1904) para discutirmos questões relacionadas à prática de ortografia daquela época.

No Capítulo 4, discutimos primeiramente a metodologia adotada em nosso *corpus*, explicando o levantamento de dados feito nos jornais e nas cartas. Em seguida, apresentamos nossos resultados, por meio de trechos retirados das cartas. Por fim, as considerações finais avaliam em que medida nossos objetivos foram ou não alcançados, além da confirmação de nossas hipóteses.

1 OBJETIVOS GERAIS

Este estudo pretende contribuir para uma construção da história do português brasileiro por meio do levantamento de algumas formas linguísticas salientes na variedade gaúcha do período oitocentista. Dentre essas, destacam-se as formas de tratamento variáveis, atestadas na variedade do português carioca por Marcotulio (2010) e por Lopes (2005), como *tu e vos, Vossa Mercê, Sua Senhoria*, entre outras; e a posição dos clíticos em relação ao verbo (se em forma de próclise ou em forma de ênclise), estudados por Pagotto (2005).

As formas variáveis examinadas correspondem a usos linguísticos em que formas variantes são utilizadas, mantendo-se o mesmo significado ou valor. Esse fenômeno é entendido como a variação linguística em uma língua, pré-requisito para a mudança linguística (FARACO, 2007).

Essa variação ocorre em todos os níveis linguísticos, do fonético ao pragmático. Assim, dizer *cantá*, sem o r-final, por *cantar*, com o r-final, corresponde a duas variantes linguísticas, ou seja, possibilidades de pronunciar a variável R em final de palavra, que são utilizadas em dada variedade de língua, como o português brasileiro. Formas de despedida, por exemplo, também podem ser variáveis. Assim, formas como *tchau, adeus* ou *até mais*, podem ser utilizadas de forma variável pelas pessoas.

O estudo das transformações das línguas é tratado na disciplina denominada de Linguística Histórica. Esta pode ser estudada por três vias, segundo Faraco (2007, p.118): “voltar ao passado e nele se concentrar; voltar ao passado para iluminar o presente; estudar o presente para iluminar o passado.”

Escolhi primeira via: estudar o passado e nele se concentrar. Para isso, é necessário utilizar textos escritos como fonte de pesquisa histórica. Pretendemos, por meio de jornais e de cartas, verificar o comportamento de variáveis como a posição de clíticos (próclise e ênclise), bem como os pronomes de segunda pessoa nas relações de tratamento.

O objeto de estudo será a língua escrita registrada em jornais publicados no RS, no século XIX, e também em cartas pessoais, redigidas por três pessoas da aristocracia gaúcha: Francisco Ferreira de Castilho, nascido em 1796 em Santo Antônio da Patrulha e falecido em Santa Maria em 1871; Carolina de Carvalho Prates, nascida em Caçapava do Sul em 03 de julho de 1827 e falecida em 22 de agosto de 1890 em Santa Maria; Júlio Prates de Castilhos, nascido na Fazenda da Reserva, no município de Vila Rica (atual município de Júlio de

Castilhos), em 29 de junho de 1860 e falecido em 24 de agosto de 1903 em Porto Alegre. Todas as localidades citadas encontram-se no estado do Rio Grande do Sul.

Os jornais publicados no estado são muito variados em termos de exemplares, de formatação e de ideologia editorial. A impressão dos jornais no Rio Grande do Sul no século XIX foi muito produtiva em relação às demais regiões brasileiras.

Escolhemos alguns exemplares para analisar, apesar de haver muitos à disposição no Museu de Comunicação Hipólito da Costa e no Museu Moysés Vellinho, situados em Porto Alegre. Para este trabalho, foram analisados os exemplares *O Amigo do Homem e, da Patria* (1829-1831) e *America* (1870-1871).

Já o material manuscrito é considerado raro nos arquivos públicos em geral, que geralmente armazenam documentos oficiais. Por ser de ordem particular, esse material é muitas vezes inexistente ou perdido no tempo. Ele consiste em cartas escritas por Carolina de Carvalho Prates a seu marido e a seu filho, Júlio de Castilhos, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Francisco Ferreira de Castilhos era um latifundiário, neto de paulistas que migraram para o estado, caracterizando-se pelo autêntico representante da linhagem de pioneiros que ocuparam o planalto rio-grandense (FARACO, 1967, p.4). As correspondências disponíveis de Carolina ao marido e ao seu filho totalizam cinco. As cartas escritas por Júlio de Castilhos estão disponíveis nos arquivos em número maior, pois este, além de ter sido um dos patriarcas do Rio Grande do Sul em termos políticos, exerceu a advocacia e o jornalismo.

1.1 Objetivos específicos

Objetiva-se com este estudo contribuir para o levantamento de algumas evidências para uma possível construção de uma norma do português brasileiro, tendo como fonte registros escritos do século XIX. Segundo Pagotto (2005), “o século XIX apresenta um turbilhão linguístico em que dialetos diversificados passam por um processo de contato e autorreconhecimento, principalmente, na capital do Império, de certo modo, consolidando sua estrutura na direção do que viria a ser o português brasileiro.”.

Partindo desse pressuposto, espera-se trazer ao conhecimento da comunidade em geral aspectos relacionados à língua portuguesa da época oitocentista no Rio Grande do Sul, como uma fonte de pesquisa linguística.

Foram escolhidas, para análise, as seguintes formas linguísticas no português oitocentista:

- a) Investigar a ordem (posição) do pronome oblíquo em relação ao verbo.
- b) Demonstrar o emprego dos pronomes oblíquos de segunda pessoa em forma de sujeito e de objeto.

1.2 Hipóteses

Para este estudo formulamos as seguintes hipóteses:

- (i) Cartas pessoais, por se aproximarem mais de uma linguagem informal e da oralidade, podem trazer elementos que atestem uma sincronia do português brasileiro gaúcho².
- (ii) A variedade linguística oitocentista gaúcha apresenta sinais de variação de uso proclítico, ora utilizando o pronome na posição de próclise, ora na de ênclise, evidenciando o surgimento de um português brasileiro.
- (iii) A variedade linguística oitocentista gaúcha apresenta sinais de variação de uso do pronome de segunda pessoa do singular tanto na função de sujeito como na de pronome oblíquo.

² O termo sincronia foi proposto pelo linguista Ferdinand de Saussure (*Curso de Linguística Geral*, 1916) para indicar um estado de língua em determinado momento no tempo.

2 LÍNGUA PORTUGUESA: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

A história e o surgimento da língua portuguesa, conforme o estudioso Paul Teyssier (2004, p.3), acontece após a Segunda Guerra Púnica, quando os romanos dominam a Península Ibérica depois do extermínio dos cartagineses, em 209 a.C. Todos os povos, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, posteriormente, o cristianismo como religião.

Passado o período de dominação romana, o acontecimento mais emblemático para a formação linguística da língua portuguesa é a expulsão dos mouros do norte para o sul, culminando no surgimento do reino independente de Portugal, no século XII. Esses acontecimentos determinaram a constituição das três línguas peninsulares – o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Essas línguas espalharam-se do norte para o sul. Acredita-se que a língua galego-portuguesa tenha sido formada entre os limites de Douro e Mondego cujos primeiros registros escritos surgiram com a obra *O Cancioneiro da Ajuda*, copiado em fins do século XII ou princípios do século XIV. (TEYSSIER, 2004, p.6-27)

Anos mais tarde, por volta de 1530, a escola galego-portuguesa é extinta, devido aos deslocamentos para o sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal. A partir desse momento, então, o português torna-se a língua da capital, Lisboa, onde já residia o rei e a família real. Adepta a diversos deslocamentos dentro do país, a família real possuía uma área de percurso de Coimbra, ao norte, a Évora, no sul. Nessa parte do reino, são implantadas universidades. Destaca-se a universidade de Lisboa, pois sua instalação em Coimbra trouxe um maior povoamento e também a constituição de um português moderno longe da Galícia. A partir disso, surgem inovações linguísticas. (TEYSSIER, 2004, p.41)

Alguns estudiosos fazem distinção entre os períodos de evolução da língua portuguesa desde o século XII até os dias atuais. No entanto, ainda há incógnita e controvérsia em relação à delimitação real da mudança linguística. Said Ali (1966, p.19) propõe a seguinte delimitação para essa periodização: “O português moderno subdivide-se nas fases quinhentistas, seiscentistas e hodierna, podendo-se admitir como transição entre estas duas últimas a fase setecentista”. Já Coutinho (1968, p.65) toma o século XVI como um marco divisório para a língua portuguesa a dividindo duas fases mais importantes a arcaica e a moderna, pois é a partir dessas fases que a língua portuguesa começa a apresentar traços que a distinguem

daquela que se usou em Portugal em sua origem. Na primeira, há documentos antigos do século XII que podem atestar a língua da época: em prosa há o *Auto de Partilha* (1192) e *Testamento* (1193); em verso, há uma cantiga de Pai Soares Taveirós (1189) e outra de D. Sancho (1194-1199). Ainda assim, outros estudiosos se baseiam no viés histórico, por exemplo, Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos, ou nas “escolas” literárias, para traçarem um retrato dos períodos da história da língua portuguesa. (TEYSSIER, 2004, p.42)

O galego-português foi fortemente influenciado por outras línguas – mais especificamente, pelo francês – no que se refere a empréstimos vocabulares, devido à presença da dinastia de Borgonha e à chegada de um grande número de franceses a Portugal, vindos do norte para o sul, que também influenciariam de certo modo a literatura provençal. Com o passar dos anos, o português também recebeu outras influências, além dos empréstimos lexicais. Um exemplo é o bilinguismo luso-espanhol entre meados do século XV e fins do século XVII. O espanhol serviu como segunda língua para os portugueses mais cultos, em função das uniões matrimoniais entre portugueses e espanhóis, que eram muito comuns naquele contexto político.

O século XIII foi marcado como o período de descobertas portuguesas, desde arquipélagos como o da Madeira e o dos Açores, como de outras regiões do mundo. Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança e, posteriormente, Vasco da Gama chega à Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil. Essas conquistas corroboram para a expansão da língua portuguesa através das conquistas ultramarinas.

Câmara Jr. (1975) fez um mapa de abrangência e dominação da língua portuguesa na Europa e na América do Sul, a fim de mostrar que esses dois polos estão cercados por outra língua comum: o espanhol. Com essa reflexão, propôs algumas influências e características que possam ter existido no português. No entanto, o autor também traz para a sua arguição África e Ásia, com o objetivo de mostrar que nesses continentes alguns dialetos tiveram como base a língua portuguesa, em razão das navegações por Portugal.

Já não se trata de uma língua nacional, mas de dialetos *sui generis*, que decorrem da adoção do português, como língua de intercurso, por populações de outra etnia e outra cultura, ao lado das suas nativas. Tal é o caso do português de Diu, Damão e Goa (Índia), de Macau (China), de parte da ilha de Timor (Ásia) e, na África, do arquipélago de Cabo Verde, da ilha de São Tomé e da ilha de Príncipe. (CÂMARA JR., 1975, p.11.)

Em relação à implantação da língua portuguesa no Brasil, ao contrário do acontecido na África e na Ásia, o império português coloniza, de forma firme e metódica, a terra

conquistada, transformando-a em uma extensão de Portugal. Conforme Câmara Jr. (1975), as populações nativas foram dizimadas, escravizadas e afugentadas. Com isso, a europeização (colonização às avessas) não acontece de maneira lenta e gradual como havia ocorrido na latinização do Império Romano.

A intensa imigração portuguesa e a apreciação dos valores culturais e europeus delineiam e extinguem o bilinguismo português e tupi em favor do português. Registra-se, desde meados do século XVII, esse declínio em relação ao uso da língua indígena, nas palavras de Câmara Jr. Conforme observa Silva Neto,

com justeza, que a juntada de dialetos diversos num mesmo centro ultramarino deve ter propiciado um compromisso linguístico entre eles, como uma nova modalidade dialetal. A língua padrão tinha também de sofrer certa modificação em consequência. (SILVA NETO apud CÂMARA JR., 1975, p.31)

Câmara Jr. (1975) postula que, desde o surgimento do Brasil, havia condições novas para uma vida linguística própria e para o desenvolvimento de uma subnorma, na língua comum, em face ao português europeu. Tal reflexão acerca da criação de uma norma e das possíveis subversões linguísticas no português brasileiro será discutida posteriormente.

Coutinho (1968) alega que o povo português foi um dos mais bem-sucedidos em expansões territoriais e marítimas, pois por onde passava, deixava sua bandeira e suas marcas socioculturais e linguísticas. Conforme uma testemunha, chamada Duarte Nunes do Leão, a língua portuguesa expandia-se pelo mundo:

A qual (refere-se à língua) tam puramente se fala em muitas cidades de África, que ao nosso jugo são subjectas, como no mesmo Portugal, e em muitas províncias da Etiópia, da Pérsia e da Índia, nos Sionitas, nos Malaios, nos Maluqueses, Léqueos, e nos Brasis, e nas muitas e grandes ilhas do mar Oceano, e tantas outras partes, que com razão se pode dizer por os Portuguêses o que diz Salmista (COUTINHO, 1968, p.58)

A observação de Nunes do Leão demonstra que a língua portuguesa percorreu e espalhou-se por diversos territórios. O linguista José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo, mais conhecido como Leite Vasconcelos, segundo Coutinho (1968), traçou um mapa dialetológico do idioma português, classificando-os em três grandes grupos: continentais, insulanos e ultramarinos. Leite Vasconcelos destaca a importância do estudo do crioulo:

O estudo dos crioulos tem muita importância, tanto no que toca a Psicologia da linguagem, como no que toca à Filologia propriamente dita, porque eles revelam-nos

operações notáveis no desenvolvimento da fala humana, e conservam por vêzes formas obsoletas dos idiomas de que descendem. (COUTINHO, 1975, p.61.)

Neste capítulo, apresentamos brevemente a história e o contexto em que surge a língua portuguesa desde o galego-português até a sua desvinculação com o português. Dentro desse percurso, mostramos a guerra púnica e a expulsão árabe, que culmina no surgimento de Portugal, entre outros. Ressaltamos as expansões ultramarinas realizadas pelo país lusitano que colaboraram para a expansão da língua portuguesa em diversas localidades.

Na seção a seguir, abordaremos a história do português brasileiro, como sua implementação, características, mudanças e variedades.

2.1 O português no Brasil

O português do Brasil, doravante denominado como PB, instala-se a partir do século XVI com a massiva colonização portuguesa (TEYSSIER, 2004, p.99). Os colonos, por sua vez, entram em contato com tribos indígenas e aprendem o tupinambá, entre outras línguas, caracterizando então uma situação de bilinguismo. A partir desse momento, o português se sobrepõe às línguas indígenas, pois conforme Ilari (2008, p.239), os índios foram constantemente dizimados. Por estarem em desvantagem em relação aos colonizadores, suas línguas acabam desaparecendo.

No que se refere à sobreposição da língua portuguesa no Brasil, Silva Neto (1963) estuda a progressiva ascensão do mestiço e sua participação indireta na alteração da língua. Este autor estabeleceu três fases históricas para aferir como o mestiço se insere nessas condições de implantação do português no Brasil:

(i) de 1533 a 1654, ocorre a situação do bilinguismo. A maior parte da população concentra-se na Bahia e em Pernambuco, falando predominantemente a língua geral ou basílica, denominações que remetem ao tupinambá antigo. Em relação a essa fase, Silva Neto (1963) contrasta a escassez da influência do branco sobre os indígenas num primeiro momento e, posteriormente, a aculturação que o índio viria a sentir nessa “troca”. Esse período também marca o desbravamento e as descobertas (pelo homem branco), e a necessidade de uma língua geral.

Com a implantação dos primeiros núcleos de brancos, na orla marítima, é certo que para eles começaram a afluir alguns gentios mais acessíveis à assimilação. Em contato com os europeus iam perdendo numerosos traços de sua cultura e adotando os da cultura dos colonizadores. Alguns mesmo, criados e educados, desde pequenos, pelos jesuítas, eram logo incorporados à civilização. (SILVA NETO, 1963, p.77)

(ii) de 1654 a 1808, a língua geral perde terreno, “limitando-se às povoações do interior, incluindo-se o Rei de Portugal e aos aldeamentos jesuítas”, disseminando-se o português pela costa, praticando-se falares crioulos índios e africanos no interior.

(iii) a partir de 1808, com a intensa “relusitanização” do Rio de Janeiro, provocada pela vinda de 18 mil portugueses que fugiam à invasão francesa e que dobraram a população da nova capital, o português difunde-se pelo interior. Surgem novas cidades, distinguindo-se os falares rurais dos falares urbanos.

Em relação à mudança que a língua portuguesa tenha tomado, Castilho apresenta três direções possíveis (CASTILHO, 2012, p.186):

- (1) Já existe uma língua brasileira, que resulta da evolução do português europeu (PE).
- (2) O PB é como é em função das influências que recebeu de línguas indígenas e, sobretudo, africanas.
- (3) O PB é uma continuação natural do PE, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico do século XV. De acordo com essa direção interpretativa, quem mudou foi o PE, depois do século XVIII, “e nós ficamos na nossa” palavra de Castilho.

As especulações de Castilho (2012) sobre o português brasileiro são vistas em Silva Neto (1963), que alude à história externa do português brasileiro. Silva Neto destaca a importância do indígena e do negro para a constituição do português brasileiro, enfatizando que estes foram responsáveis por deixar traços na língua portuguesa. Além disso, criticou alguns estudos que desconsideravam a fala do negro e do índio.

No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios. Aqui é necessário conceituar o que seja dialeto crioulo. Esses falares representam uma língua européia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior, de aprender rapidamente, a língua do senhor, aprendê-la de outiva e não pelo regular ensino da escola. As gerações seguintes adquirem apenas essa linguagem de emergência, que assim se consegue firmar. (SILVA NETO, 1963, p.107)

Assim, o autor defende a hipótese de o português brasileiro ter se constituído a partir de uma língua crioula.

Ilari (2008, p.241) aborda três hipóteses sobre a mudança do PB em relação ao PE.

- a) A **hipótese evolucionista**, que defende a existência de uma “língua brasileira”
- b) A **hipótese crioulista**, que acentua a importância dos contatos Brasil-Colônia
- c) A **hipótese internalista**, que enfatiza a importância da *deriva* da língua por meio da qual as tendências próprias do sistema esclarecem a dimensão histórica do PB.

Essas hipóteses dão indícios de como a mudança linguística poderia ter ocorrido. A hipótese evolucionista foi bastante debatida durante o período romântico, pois se acreditava que a língua portuguesa havia surgido da mesma forma que o latim, enquanto um fenômeno linguístico comparado a um ser biológico. Já a hipótese crioulista está fundamentada na existência de um *pidgin* formado entre colonizado e colonizador, voltando-se para o interesse comercial. Por meio dos contatos interacionais, o *pidgin* evoluiria para o crioulo, que representaria uma elaboração mais aprofundada dessa linguagem de emergência. A hipótese internalista considera como ponto de partida a estrutura das línguas, em que se identificam pontos de tensão, como por exemplo, o aproveitamento incompleto das distinções fonológicas (de que resulta a transfonologização), a perda de certas distinções e, conseqüentemente, a perda de fonemas (desfonologização) ou mesmo a criação de distinções novas (fonologização). (ILARI, 2008, p.241)

Quanto à constituição das particularidades linguísticas do português no Brasil, Teyssier (2004) mostra que alguns estudiosos acreditam na existência de uma maior semelhança entre o português brasileiro e o meridional em função de uma predominância entre colonos originários do sul de Portugal. Os colonos que vieram para o Brasil provinham de todas as regiões lusitanas e pertenciam a estratos sociais diversos. Por outro lado, Naro e Scherre (2002, p.119) acreditam que:

O português europeu do período colonial, que serviu como entrada de dados para o português que se formou em território brasileiro, apresentava toda a sua natural diversidade geográfica e social. (NARO; SCHERRE, 2002, p.119)

Em consonância com as ideias de Naro e Scherre (2002) acerca das variedades que surgem e/ou permanecem conservadas no PB, Teyssier (2004, p. 99) descreve alguns exemplos que ilustram como o “brasileiro” estava lidando com o português europeu. O português no Brasil não mais seguiu, ou seguiu apenas parcialmente, as inovações europeias. A partir dessa afirmação, Teyssier (2004, p.66) considera que o português brasileiro

permanece conservador, mas ainda assim irá realizar transformações, como por exemplo, fonéticas, desconhecidas do português europeu. Entre as transformações do português brasileiro em relação ao PE, podemos citar algumas realizações fonéticas:

- a) Pronúncias de -s e de -z implosivos são sibilantes, realizados como [s] em final absoluto (atrás, uma vez) ou diante de consoante surda (*vista, faz frio*), e como [z] diante de consoante sonora (*mesmo, atrás dele*).
- b) Pronúncia das vogais átonas: em posição átona, o falante brasileiro (excetuando-se o do extremo sul) pronuncia [u] o -o gráfico como português de hoje, mas diz [i] por -e, ignorando completamente a realização [e]. O brasileiro também pratica algumas transformações das pretônicas que a língua antiga, do século XVIII, conhecia, por exemplo, *entrar e estar* como *intrar e istar*, entre outros.
- c) Ditongo *ei* como [ej] em *lei*, e como [e] em *primeiro*; ou soa como [o] em *vou*, *ouro*. O Brasil não acompanhou Portugal em sua pronúncia [aj] de *primeiro* [ã] de *bem*.
- d) Rotacismo de *l* travador de sílaba (*marvado* por *malvado*).

Apesar do conservadorismo mantido pelo Brasil, como cita Teyssier (2004, p.101), ainda haveria inovações: “O conservadorismo do português do Brasil, em relação às vogais átonas, é, sem dúvida, um dos pontos que mais se distinguem do português europeu. Ainda assim, o português brasileiro apresentaria inovações fonéticas.”

Há outras relações linguísticas entre o PB e PE no que diz respeito principalmente a ortografia, sintaxe e léxico. Na seção que segue, iremos explicitar duas formas variáveis que podem diferenciar as duas variedades do português: a colocação de pronomes átonos (antes ou depois do verbo) e o emprego de segunda pessoa do singular (*tu, te, ti*), que, com base em Tarallo (1983), Pagotto (2005) e Kato (2006), acreditamos serem formas linguísticas que se comportam de maneira diferente na América e na Europa.

Por fim, neste capítulo, verificamos como a língua portuguesa brasileira implantou-se no Brasil. Diversos estudos e hipóteses ocupam-se em explicar como essa inserção ocorreu; no entanto, não existem evidências empíricas sobre como isso de fato sucedeu; existem apenas possibilidades relatadas por alguns estudiosos. Na seção seguinte, abordaremos o português do século XIX no Brasil e por que é importante estudar esse período da língua portuguesa.

2.2 O português brasileiro no século XIX

O século XIX caracteriza-se como um período importante para a história da língua portuguesa brasileira, pois foi nesse momento que o sistema normativo mudou, passando da forma do português clássico para o português moderno, como demonstrou Pagotto (2005, p.68). Esse pesquisador comparou textos constitucionais daquele período, como a *Constituição do Império* (1824) e a *Constituição Republicana* (1892). Além desse material, o autor também pesquisou como os gramáticos e as pessoas pertencentes a cargos prestigiosos lidaram com questões relacionadas à língua. Pagotto (2011) mostrou o posicionamento do senador Rui Barbosa quando este criticou a linguagem aplicada na proposta de redação do Código Civil escrita pelos deputados da Assembleia Constituinte.

O posicionamento defendido por Rui Barbosa acerca de certos usos linguísticos na redação da Constituição Brasileira foi atacado por José Veríssimo (apud PAGOTTO, 2011, p.118), que o critica por preservar formas antigas, neologismos e estrangeirismos. Para Veríssimo, o ponto de vista defendido por Barbosa era visto como uma influência negativa a novos escritores.

Barbosa percebe claramente a ligação entre eles e argumenta contra José Veríssimo do seu modo tortuoso: reclama para si a identidade com o tempo em que vive e põe em questão a própria noção de arcaísmos lexical, com o argumento de que a reintrodução de palavras antigas integraria a dinâmica da língua. (PAGOTTO, 2011, p.116)

Percebe-se, por meio do posicionamento de Rui Barbosa, a necessidade de preservação canônica das formas antigas, tendo em vista que no século XIX essa estrutura parece estar em crise. Conforme Câmara Jr. (1990, p.54), “uma língua nunca se acha fixada e não há língua unitária e rígida”.

A aprovação do Código Civil foi o ponto de inflexão para instauração de uma crise normativa no século XIX, pois a revisão textual feita por Rui Barbosa culminou no debate de usos aplicados à língua padrão (sintaxe, léxico, sistema gráfico, fonética estilística). Essa discussão foi talvez uma das primeiras a evidenciar o surgimento de uma norma que começava a se constituir no período oitocentista. José Veríssimo critica o conservadorismo de Barbosa.

mas se lhe podemos admirar a impensável correção do escrever; reveladora de um raro conhecimento da língua clássica podemos também notar que não é talvez igual nele o sentimento da evolução da língua, como o revela a sua afetação de purismo, o seu muitas vezes mal inspirado gosto de arcaísmo e de expressões obsoletas, e ainda maculando o seu formoso, uma, às vezes, notável falta de medida e, perdoe-me o vernáculo, de nuances. Ora, ao parecer dos mestres, aquêlo gosto, que é exagerado no Sr. Rui Barbosa, não é menos condenável que o neologismo, ou apenas o será menos. (VERÍSSIMO apud PAGOTTO, 2011, p.116)

Este século, como qualquer outro, traz diversas mudanças linguísticas e inclusive variações de uso pronominal, como observado por Pagotto (2011, p.122). Em relação à posição dos pronomes (clíticos), o autor destaca o quanto as construções variam. Para isso, exemplifica, por meio dos seguintes trechos do Código Civil, o qual Barbosa criticou, a má colocação destes:

Art. 107. Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei, e for assim provado e requerimento de algum dos contraentes, se julgará o ato inexistente. (RIBEIRO apud PAGOTTO, 2011, p.126)

Pagotto destaca o uso de *se julgará o ato existente*, revelando uma variação proclítica. Rui Barbosa explica essa frase da seguinte maneira: “essa frase é a oração principal que o pronome, por conseguinte, estaria no começo de sentença, o que seria errado”. Carneiro Ribeiro, em tréplica a Rui Barbosa, volta à questão da aplicação da regra enunciada por ele e por outros gramáticos:

Agora perguntamos ao Dr. Ruy, onde é que principia a phrase do Projecto, no art. 107? Principia por acaso não se julgará? Não. Se julgará o acto inexistente é parte da phrase; é oração principal do período, que pressupõe as subordinadas, que aqui lhe precedem (...) Não é se o julgará que abre aqui a phrase, mas a conjunção se, que se lhe nota no rosto, e que indica as subordinadas de que ella se compõem. (RIBEIRO apud PAGOTTO, 2011, p.127)

Pagotto destaca que neste trecho pode-se constatar claramente a crise normativa no período e como se tratava de refundar o cânone literário. A construção feita por Carneiro, criticada por Barbosa, não seria aceita hoje por gramáticas normativas. A partir disso, Pagotto passa a observar esse comportamento em seu estudo e traz outras vozes para dialogarem sobre essa questão, como Galves, Britto e Sousa (2005) e Martins (1994) (apud PAGOTTO, 2011, p.127). Para estes estudiosos, “o contexto em questão, no português clássico, apresentava uma frequência de próclises bastante alta”. Assim como verificado na produção de Rui Barbosa, Pagotto também verificou a alta realização proclítica no texto constitucional do século XIX.

Ao todo, o autor encontrou 7 em 10 ocorrências, o que mostra que, para um falante letrado do começo do século XIX, a construção não era considerada um equívoco. O uso proclítico parecia ser comum, como pode ser observado no trecho a seguir:

Art. 55. Se a Camara dos Deputados adaptar o Projecto, o remetterá á dos Senadores com a seguinte formula – A Camara dos Deputados envia á Camara dos Senadores a Proposição junta do Poder Executivo (com emendas, ou sem ellas) e pensa, que ella tem logar. (PAGOTTO, 2011, p.127)

Segundo Pagotto (2011, p. 128), na mudança que se opera em Portugal, a ênclise passa a operar como obrigatória. Já no português brasileiro, generaliza-se a próclise, como se expandisse o português clássico. Com isso, cria-se uma tensão normativa. Logo, a discussão entre Carneiro e Rui Barbosa revela o conflito nos usos dos pronomes, pois Rui distancia-se da norma do português clássico e da gramática do português brasileiro, seguindo a tendência do português europeu moderno³.

Pagotto (op. cit.) procura refletir, por meio de cartas escritas por interlocutores de Rui Barbosa, no final do século XIX e início do século XX, quais eram as condições de produção em torno do Código Civil, para a construção e a codificação normativa no Brasil, na segunda metade do século XIX. Nesse período, os cânones gramaticais são refeitos, produzindo-se uma unidade linguística com Portugal.

A língua portuguesa brasileira no século XIX também é examinada por outros estudiosos. Entre eles, destacamos Lopes e Machado (2005), que estudam, na cronologia do fenômeno de pronominalização de *Vossa Mercê* > *você*, o início do processo de variação entre a concordância de *você* com outras formas pronominais de segunda e de terceira pessoas em documentos escritos no Rio de Janeiro; Marcotulio (2010), que faz o mesmo tipo de estudo sobre o emprego de formas de tratamento como *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria* em cartas escritas por um vice-rei do Brasil na capitania do Rio de Janeiro em 1769-76; Barbosa (2005), que procura identificar algumas formas linguísticas de época e traçar um perfil cultural dos redatores.

³ Conforme Pagotto (2011), o português clássico (estágio de língua anterior tanto na gramática do PB como do PE) era a norma em Portugal até o século XVIII. No português clássico, havia, por exemplo, variação em contextos de ênclise obrigatória no português europeu moderno, como na frase *Eu te considero~Eu considero-te*. No século XIX, o desenvolvimento da norma culta, pelo uso da língua, parece ter sido diferente em Portugal e no Brasil. No que diz respeito ao padrão de colocação pronominal, em Portugal houve a forte presença da ênclise em todos os contextos e, no Brasil, houve a próclise, caracterizada principalmente, em início absoluto de sentença.

Esses estudos serão agora aprofundados, porque neles estão presentes as ideias sobre as quais a presente pesquisa se baseia em relação ao tema da variedade da língua portuguesa gaúcha redigida no século XIX. No entanto, nos limitaremos a traçar um panorama a fim de mostrar como os pronomes estavam sendo pesquisados e/ou analisados. A partir disso, então, poderemos fundamentar nossas hipóteses.

Lopes e Machado (2005), com base em um *corpus* composto por peças teatrais brasileiras e portuguesas e também por cartas particulares, demonstraram que, na relação de superiores para inferiores, é predominante o uso de *Vossa Mercê*. Além disso, perceberam também que, nos fins do século XIX, no português brasileiro, *você* passa a concorrer com *tu*. Conforme Marcotulio (2010), de maneira geral, o vocábulo *tu* foi o mais encontrado em relações de intimidade e de confiança. A forma *você* era usada entre iguais populares e, em menor proporção, coexistindo com a forma *tu* nas relações de superiores para inferiores.

No que se refere ao contraste entre a variedade pronominal de tratamento no PE, Lopes e Machado destacam a sobreposição do pronome *tu* nas peças portuguesas. Já no PB, encontram uma distribuição regular no uso de *você* e *tu* nas peças brasileiras. Em relação ao que dizem sobre as peças teatrais portuguesas e brasileiras dos séculos XVIII e XIX, Marcotulio expõe:

Em síntese as autoras mostram que, nas peças teatrais portuguesas brasileiras dos séculos XVIII e XIX, a forma *tu* aparece como estratégia dominante nas relações entre membros do mesmo grupo social e nas relações de superior e inferior. Já nas relações de inferior para superior, as formas nominais de tratamento foram mais produtivas, sendo *Vossa Mercê* no PB e *Senhor, Sua Senhoria, Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* no PE. (MARCOTULIO, 2010, p.31)

No exame de textos oitocentistas brasileiros, Barbosa (2005) expõe uma série de questões que precisam ser levadas em consideração em registros antigos. Primeiramente, faz-se necessário desfazer-se da premissa de que “o que é culto é aprendido na escola”. Na construção de seu *corpus*, o autor não levou essa tese adiante, por considerar a linguagem em uso. Barbosa explica que não se pode inferir a formalidade nos documentos sem levar em conta a cultura escrita de um dado redator e “se estava em sintonia gradiente ao ponto da informalidade.”.

se não podemos supor um produto escrito completamente isento de tradições discursivas, podemos supor que o mais distante de tradições bem definidas, a escrita, seja cotidiana, seja o mais próximo que a modalidade escrita pode estar da oralidade; podemos supor que, por ele, captaremos usos lingüísticos mais salientes da norma geral. (BARBOSA, 2005, p.27)

Essas especificidades são adotadas na análise de um *corpus*, e auxiliam na investigação sobre uma história do português brasileiro. Por meio delas, pode-se operar, com critérios mais objetivos, o controle de formalidade verificado no distanciamento entre emissor e receptor.

Para avaliar o grau de erudição na cultura dos redatores, Barbosa (2005, p.31), estabeleceu dois controles objetivos: o quanto um indivíduo investe em grafias latinizadas em seu escrito e o quanto ele acerta em relação à escrita do latim. A partir disso, formulou duas hipóteses:

1. Quanto mais encontrarmos de grafias latinas em um autógrafo oitocentista, mais seu autor teria em contato com os meios de transmissão de modelos de erudição, sejam escolares, de norma subjetiva ou de norma objetiva.
2. Se, e somente se, o uso da grafia for significativo – em quantidade e variedade consideráveis – quanto mais o referido redator mantiver um paralelo perfeito entre a forma latina oficial e o que escreve, maior seria o grau de conhecimento da norma culta de sua época via estudo (particular, público ou religioso) (BARBOSA, 2005, p.31)

A análise grafemática poderia esclarecer essas hipóteses. A taxa de uso de formas e a taxa de acerto destas poderiam fornecer condições para se conhecer mais as competências textuais de um redator desconhecido, bem como caracterizar o que seria um texto modelo no século XIX.

Seguindo essa linha de raciocínio proposta por Barbosa sobre a análise em periódicos oitocentistas, poder-se-ia aferir a erudição presente na composição textual destes, caracterizando um texto modelo no Brasil. O autor acredita que, por terem sido um dos únicos meios de difusão da cultura no século XIX no Brasil, os jornais possam ter servido como modelo cultural em todas as instâncias. Por essa razão, desenvolveu um *corpus* base de escrita culta para identificar as taxas de uso e de acerto das etimologias latinizadas, elemento valorizado na literacidade oitocentista. Nesta seção, vimos a sinalização, por alguns pesquisadores, de uma mudança do sistema normativo na língua portuguesa brasileira. Observamos os pareceres críticos de Rui Barbosa sobre a redação do Código Civil, por meio do qual é possível atestar o conflito normativo daquele período: mudanças linguísticas e variações de uso pronominal (clíticos) e de formas de tratamento. Além disso, trouxemos uma proposta de caracterização de formalidade/informalidade de textos oitocentistas por meio do exame da grafia de época.

Nas seções subsequentes, verificaremos a importância dos jornais gaúchos do século XIX como fontes disponíveis, e também traremos informações sobre algumas cartas disponibilizadas nos arquivos públicos de Porto Alegre. Por fim, nos concentraremos na análise das cartas e dos jornais selecionados para esta monografia.

3 FONTES PRIMÁRIAS DA VARIEDADE GAÚCHA OITOCENTISTA

O Rio Grande do Sul foi colonizado no final do século XVIII. Sua história é recente, se comparada a outras regiões brasileiras. Apesar de ser um estado novo, sua história está preservada em fontes primárias, como jornais e documentos diversos, disponibilizados em arquivos públicos, em Porto Alegre. Duas dessas fontes são investigadas no Projeto de Pesquisa intitulado *Para uma História do Português Gaúcho: variação e mudança fonológica em textos escritos oitocentistas*, coordenado pela Professora Valéria Monaretto, no qual trabalhei como bolsista de iniciação científica: jornais publicados no estado e cartas manuscritas.

A importância dessas fontes para um resgate da memória do povo gaúcho se dá em diversas esferas, como social, cultural, antropológica, linguística, entre outras. Por meio delas, podemos conhecer o verdadeiro contexto de época, bem como fatos que muitas vezes se perdem com o passar dos anos, ou que são transmitidos de forma deturpada por historiadores e escritores em geral. Por isso, esboçaremos brevemente quais fontes existem em alguns arquivos públicos de Porto Alegre, em termos de material escrito da época oitocentista no estado.

Inicialmente, a investigação e coleta de material existente nos arquivos públicos foi feita pelo pesquisador Roberto Nasi, aluno de pós-graduação do Instituto de Letras da UFRGS, sob supervisão da Professora Valéria Monaretto. Sua dissertação de mestrado (NASI, 2012) traz alguns detalhes sobre os jornais dos acervos, a qual serviu de base para a pequena descrição que segue. Minha participação na pesquisa consistia em ler essas fontes, buscando registros sobre a vida e costumes da época, além de certas formas variáveis fonológicas por meio da grafia.

Fontes primárias escritas no Rio Grande do Sul podem ser obtidas por três arquivos históricos públicos, em Porto Alegre: Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

(MUSECOM), Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG).⁴

Segundo Gehlen (2009, p.32), a hemeroteca do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) é formada por cerca de 40 títulos, entre jornais, revistas, almanaques e boletins, sendo a maioria deles de edição local, estando encadernados por períodos e preservados na área do acervo. Neste arquivo é encontrado também grande número de suplementos, encartes e jornais avulsos.

Além disso, os documentos mais antigos do arquivo encontram-se encadernados, sendo dispostos nas prateleiras das estantes de aço, horizontalmente, com o devido cuidado para que o peso seja adequado à manutenção da sua preservação e facilidade de manuseio (GEHLEN, 2009, p.30).

Entre os três arquivos visitados, coletamos informações sobre o material disponibilizado para consulta e constatamos, em um único Arquivo, alguns problemas que dificultaram a realização da pesquisa, como a deterioração das fontes, mau atendimento, desorganização do catálogo de periódicos.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) existem cartas de autoridades políticas, pessoas eminentes, como David Canabarro e Júlio de Castilhos, além de cadernos históricos que visam levar à população informações sobre a história do RS. Estas estão disponíveis gratuitamente para visitantes e pesquisadores.

O Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM) conta com um imenso acervo de imprensa, de publicidade e propaganda, de televisão e vídeo, de cinema, de fotografia e fonografia. Desse acervo, apenas nos dedicamos à leitura e análise dos jornais. Entretanto, de todos os três arquivos consultados para a realização desta pesquisa, este foi o que mais apresentou problemas, desde a preservação dos documentos antigos até a catalogação e a deterioração. Esses fatores influenciaram nosso estudo, pois, durante a contagem dos exemplares, verificamos que os dados fornecidos pelo Museu não conferiam com as informações que precisaríamos utilizar. Assim, decidimos realizar a contagem de cada exemplar manualmente para obtermos a real disponibilidade de cada um presente no catálogo. Apesar desses problemas, este arquivo possui um número considerável de jornais.

⁴ O Museu de Comunicação Hipólito José da Costa localiza-se na Rua dos Andradas, 959, no centro de Porto Alegre. (<http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/>) O Arquivo Histórico Moysés Vellinho localiza-se na Avenida Bento Gonçalves, 1129, no bairro Partenon em Porto Alegre. (<http://ahpoa.blogspot.com.br/>) O Memorial do Rio Grande do Sul localiza-se na Rua Sete de Setembro, Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre. (<http://www.memorial.rs.gov.br/>)

Por outro lado, o Arquivo Histórico Moysés Vellinho apresentava excelentes condições de preservação de seus exemplares e documentos: todos eram devidamente acondicionados. Os atendentes procuravam enfatizar diariamente os cuidados que deveríamos ter com os exemplares. Além disso, essa instituição mantém o seu acervo organizado e as informações de seu catálogo atualizadas. Sua desvantagem é dispor de um número não tão expressivo de jornais, comparado com o MUSECOM.

3.1 Jornais gaúchos

Conforme Sodré (2013, p.20), o surgimento da imprensa no Brasil ocorre de maneira conturbada, em meio à censura estabelecida pela Inquisição. Apenas em 1808, com a instalação da corte, a imprensa começa a dar seus primeiros passos. Entretanto, havia um tipo de tipografia, denominada Impressão Régia, que limitava a publicação de assuntos que pudessem incitar “ideias” na população. Nesse contexto, surge a imprensa no Rio Grande do Sul.

Os jornais produzidos neste estado, no século XIX, abordam assuntos diversificados. Havia uma grande quantidade de exemplares produzidos por pessoas comuns, como é exemplificado por Nasi (2012, p.58):

Alguns dos jornais pesquisados apresentavam notícias relacionadas à vida local de seus leitores. Muitos deles eram inclusive produzidos por pessoas da população. O jornal abolicionista *A Voz do Escravo* foi fundado por um carpinteiro, um comerciante, um confeitoiro e um vigário. (NASI, 2012, p.58)

Esses jornais apresentam características distintas em relação ao modelo tradicional de publicação em tempos atuais. Naquele período, eles não preservavam linearidade em sua versão impressa. Era muito comum eles apresentarem colunas, seções e anúncios em ordem aleatória. Entre os assuntos abordados com maior frequência, há notícias sobre o Imperador D. Pedro, o Império em si, personalidades de guerra, venda de escravos, fuga de escravos. Além disso, em algumas passagens é possível perceber o preconceito em relação à figura feminina, ao estrangeiro e ao negro.

O primeiro jornal a ser publicado no Rio Grande do Sul foi o *Diario de Porto Alegre* (1827-1828), da Província de São Pedro. Esse periódico surgiu em meio à Revolução

Farroupilha e possuía caráter partidário. Conforme Silveira e Schiavon (2010), o periódico passou existir após a compra de uma máquina tipográfica em 1822, pelo presidente da Província João Oliveira e Daun. Não obstante, sua primeira publicação ocorreu apenas em 1º de junho de 1827. O atraso ocorreu devido a problemas políticos enfrentados pelo presidente.

Nesta seção, apresentamos um breve panorama sobre os jornais produzidos no Rio Grande Sul, sua origem e alguns dos assuntos abordados. Na próxima seção, iremos expor informações breves sobre as cartas disponibilizadas nos arquivos públicos. Trataremos mais especificamente das cartas de Júlio de Castilhos a Honorina Castilhos (sua noiva e futura esposa), de Carolina de Carvalho Prates (mãe de Júlio) e de Francisco Ferreira de Castilhos (pai de Júlio).

3.2 Cartas disponíveis nos Arquivos Públicos de Porto Alegre

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) possui um amplo acervo de cartas do líder político republicano rio-grandense, Júlio de Castilhos. Ele foi denominado como “Arquivo Particular de Júlio de Castilhos”. Entre os assuntos mais recorrentes no acervo, apresentam-se situações domésticas e a vida política e social em fins do século XIX e início do século XX.

Segundo Penna e Grabin (2009b), Júlio de Castilhos nasceu no dia 29 de junho de 1860, falecendo em 1903, quando dominava o cenário político do Rio Grande do Sul, num contexto em que era incentivado por correligionários, por seu imenso prestígio, à disputa à Presidência da República. Foi também redator líder, tinha atitudes “incendiárias”, durante o movimento republicano. Diz-se que era implacável com inimigos quando exerceu poder. Impôs forte marca no estado ao redigir sua primeira constituição sobre o Poder Executivo. Por fim, não iremos nos ater à descrição completa da biografia de Júlio de Castilhos, mas sim a assuntos mais recorrentes em suas correspondências e curiosidades a seu respeito.

A documentação sobre Júlio de Castilhos é vasta e apresenta temas diversificados. Entre eles, destacam-se questões de natureza política local, revelando articulações entre Castilhos e grandes lideranças do estado. Além disso, tratando-se da vida pessoal do republicano, há uma vasta coleção de cartas trocadas por Júlio Castilhos e seus familiares.

A coletânea de cartas de Júlio de Castilhos para a esposa Honorina Castilhos, pertencente ao acervo do Museu, apresenta ora romantismo, ora ironia, pois no início de algumas cartas, o marido de Honorina tece elogios apaixonados à esposa e, do meio para o fim, ressalta o quão mal ela escreve em nossa língua. Essas são as cartas de maior extensão e constituem as mais interessantes do *corpus*, por conterem mais fontes analíticas, conforme iremos descrever na seção seguinte. Já as cartas escritas por Dona Carolina, mãe de Júlio, costumam descrever o lugar onde se estava, seu estado de saúde, saudades do filho, dos netinhos e das netinhas.

O acervo sobre Júlio de Castilhos encontra-se subdividido por séries e subséries, como relacionaram Penna e Grabin (2009b, p.59), em Assuntos de Estado, Assuntos Familiares, Atas, Manifestos e Panfletos, Cargos, Provimientos, entre outros.

Em relação aos documentos deixados por Júlio de Castilhos, historiadores, funcionários e outras pessoas transcreveram as cartas redigidas por ele e as catalogaram em livros. Essa iniciativa partiu do Museu Júlio de Castilhos, que em 1993 publicou *Cartas de Júlio de Castilhos*. Esse livro traz correspondências trocadas por Júlio de Castilhos e Honorina Castilhos.

Além das correspondências de Júlio de Castilhos, há uma coleção de cartas transcritas, em domínio público, que compõe os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que se chama *Coleção Varella*. Essa coleção traz correspondências de figuras eminentes, como Bento Manuel Ribeiro, personagem singular na Revolução dos Farrapos, além de pessoas comuns, cujas identidades muitas vezes são desconhecidas.

Na seção que segue, exporemos um pouco da prática ortográfica e da expressão linguística usada no período oitocentista, como forma de ilustrar o recorte de linguagem dessa época.

Para fundamentarmos nossa reflexão, faremos uso da obra de Gonçalves Viana, *Ortografia Nacional* (1904). Apresentaremos ainda exemplos da ortografia por meio de dados transcritos, colhidos nos jornais.

3.3 Ortografia da época oitocentista

O estudo da história da ortografia compreende três períodos, segundo Coutinho (1968, p.71): fonético, pseudoetimológico e histórico-científico. Este último inicia-se em 1904 e vai até os dias atuais. Esse ano marca a data da publicação da Ortografia Nacional de Gonçalves Viana (SILVA, 1994, p.1), livro em que se propõe uma padronização ortográfica da língua portuguesa. Trataremos apenas do período histórico-científico, por contemplar o período do século XIX em análise.

Gonçalves Viana coloca categoricamente na introdução de seu livro: “Nunca existiu ortografia uniforme em Portugal” (1904, p.1). É a partir daí que o autor discorre sobre o uso da ortografia no país, pois, para ele, quem tentasse provar o contrário poderia estar tomando um posicionamento ignorante. Para mostrar que não existia oficialidade na aplicação da ortografia, o autor utiliza como exemplo os escritores, que a utilizam a seu modo. Ainda relatando sobre a ausência das normas, ele ironiza o fato de o Estado não publicar dicionários nem gramáticas e, por essa razão, seria praticamente impossível consultar algum documento que esclarecesse as dúvidas mais recorrentes sobre o uso ortográfico.

Devido à falta de um documento que assegurasse esses problemas, a imprensa, quando redigia seus periódicos, ortografava como acreditava ser adequado, cabendo então ao redator de cada um deles resolvê-los:

Se há certa uniformidade nas palavras e formas gramaticais mais usuais e correntes, deixa de havê-la logo que tais formas ou palavras são mais raras, e neste caso as contradições e arbítrios dependem do critério de cada escritor, de cada redactor, de cada amanuense, ou de um director, raras vezes mais competente que o seu subordinado para resolver questões destas. (VIANA, 1904, p.3)

Apesar de haver problemas em relação à aplicação da ortografia, Gonçalves Viana reconhece que foram feitas tentativas de resolver essa questão. Entretanto, o resultado não surtiu o efeito desejado, talvez em função de o sistema (ortográfico) não se proteger com conhecimento histórico da língua e, por tal motivo, parecer ao público meramente arbitrário. Para o autor, a regularização da ortografia deve basear-se na história da língua no tempo e no espaço (VIANA, 1904, p.7)

Com o objetivo de mostrar o desenvolvimento histórico da ortografia em Portugal, o autor retrata que a ortografia foi vastamente influenciada pela literatura francesa. Além da França, ele acredita que a ortografia também tenha reproduzido os moldes espanhóis e italianos. Essas inspirações não são vistas com bons olhos por ele, já que Portugal sequer tinha se formado.

Viana acredita ser impossível a formação de uma ortografia da língua portuguesa com farrapos de escrita alheia. Para ele, a ortografia nacional não pode contrariar e nem disfarçar a evolução real do idioma pátrio (VIANA, 1904, p.12). O estudioso acredita que essas influências geram certo prejuízo às ortografias, pois não colaboram no ensino do idioma pátrio, por dissimularem uma continuidade histórica. Acerca dos vocábulos herdados, ele afirma:

Aprende-se que nos vocábulos de origem evolutiva, popular, herdados, o t e os tt latinos permanecem em italiano, como em lato, latim *latus*, *gotta*, latim *gutta*: ao passo que em castelhano *èsse t* se abandonou em d, lado e dos tt resultou t, gota. É fácil reconhecer que nessa transformação, evolução, ou que quiserem, o português é o castelhano absolutamente comparável, lado, gota, desviando-se do italiano, que de mais perto acompanha o latim. (VIANA, 1904, p.13)

Essa “herança” começava a ser replicada em periódicos publicados no século XIX. Viana critica um noticiador que, por modismo, passou a grafar a palavra *esgotar* como *exgottar*, entre outros vocábulos de mesma natureza. Além disso, ele verificou esses fenômenos em outros periódicos, constatou e constatou que ora escreviam *expesso* por *espêssso*, cacografia que obedece a *eis* por *es*, o prefixo *ex-*; conforme o autor:

A ignorância do escritor ou do revisor, porém, fez-lhe supor que havia nesta palavra aquele prefixo; e a ignorância semelhante se há de atribuir a forma bárbara **expontaneo**, por **espontaneo**, que se tem difundido em periódicos e livros. (VIANA, 1904, p.14)

Nessa passagem, o autor procura ressaltar a falta de coerência ortográfica em relação a um uso que se justifica pela sua herança linguística (vocábulos emprestados) que, de acordo com ele, não pode ser usada como uma maneira de explicar a inserção dessas letras.

Além desses fatos, a ortografia etimológica defendia a preservação de étimos muito antigos (*ethymologia*, *philtro*, *cathegoria*, *sistema*, *author*). Gonçalves Viana não era favorável a essa teoria, pois acreditava que ela arremedava feições anacrônicas de outras ortografias, bem como promovia a inserção de letras inúteis que, na maioria das vezes, eram apenas etimológicas para aqueles que desconheciam o que de fato é a etimologia.

A prática ortográfica da época oitocentista pode revelar indícios de formas variantes gráficas como reflexos da oralidade. Segundo Lass (2002), é possível atestar variação em fontes do passado, pois a ortografia sugere processos fonológicos. Estes podem se apresentar em formas grafadas, como *doutô* por *doutor*, *similhante* por *semelhante*, entre outras, conforme Monaretto (2005).

O trecho a seguir pode ilustrar a grafia do século XIX:

que jamais convém, ou presta seo consentimento á pratica de similhante venda, e que outro sim já mais convém pósse, e fruiçção do comprador, protestando igualmente de hoje em diante hir haver deste quaesquer damnos e prejuizos que receber provenientes de huma tal transacção. (JORNAL AMIGO DO HOMEM E, DA PATRIA, 1829, p.4)

Nessa passagem verificamos a troca de *e* por *i*, encontros consonantais impróprios (*damno*, *fruiçção*), empregos equivocados de acentos, pontuação e de ortografias atuais, entre outros. Esses fenômenos constituíram parte de uma das variedades verificadas nesta pesquisa.

Neste capítulo, discutimos a constituição da ortografia portuguesa e alguns problemas encontrados em sua aplicação, principalmente no século XIX, que foi o período de ascensão da imprensa. Logo, esta deveria ser a fonte mais lida naquela época e, por esse motivo, os exemplares acabavam lançando modismos e “falsos” empregos ortográficos. Verificamos brevemente o desenvolvimento da ortografia em Portugal.

Na seção seguinte, faremos a análise do levantamento *corpus* constituído para a presente pesquisa, verificando algumas variáveis nos exemplares redigidos no período oitocentista. Além disso, também examinamos com mais profundidade as cartas de Júlio de Castilhos e Carolina de Carvalho Prates, com a finalidade de aferirmos as hipóteses anteriormente colocadas sobre a proclitização e o emprego dos pronomes de tratamento na segunda pessoa do singular.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

No século XIX, a mudança linguística foi estudada por meio da linguística histórica, disciplina na qual a presente análise se insere. Segundo Lass, “a Linguística Histórica é historiografia, a disciplina que faz histórias e/ou interpretações de algo que aconteceu com as línguas com o passar do tempo” (2002, p.17). Partindo dessa reflexão, realizamos um levantamento em registros escritos antigos, composto por cartas e jornais.

Verificamos nas cartas e jornais o uso de segunda pessoa, tanto na forma de sujeito como de objeto, e o uso de próclise ou ênclise de pronomes em geral, pois, como demonstrou Pagotto, em relação à posição dos pronomes,

este é um dos lugares da gramática em que o embate normativo mais foi transparente, dada a própria flutuação de tais formas e a dificuldade de se operar sobre elas. (PAGOTTO, 2005, p.68)

Assim como o autor, acreditamos que nosso estudo acerca da posição dos pronomes contribuirá para uma possível reconstituição da história do português brasileiro no Rio Grande do Sul no período oitocentista.

Alguns cuidados também foram tomados durante a seleção dos documentos antigos, mais especificamente em relação às cartas, pois, para que pudéssemos constatar o grau de erudição entre os redatores de cada uma, recorreremos às fontes históricas para obter maiores informações sobre seu grau de instrução, bem como seus cargos e algumas curiosidades.

Inicialmente, pretendíamos analisar somente jornais, devido aos inúmeros exemplares existentes. Entretanto, foram as cartas, por conterem uma escrita que se aproxima à vida cotidiana e por terem maior transparência de marcas linguísticas, que revelaram o embate entre formas de tratamento pronominal e a variação da posição dos pronomes.

Coletamos, então, possíveis marcas gráficas de variantes linguísticas, como as formas variáveis de colocação do pronome em relação ao verbo (ênclise/próclise). Marcas de utilização da segunda pessoa do singular, como atestado de uso de pronome *tu*, bem como de formas de tratamento, também foram observadas, como pode ser visto no trecho “*Bebe me dizes que come bem ||; Dizes que tens muita ||⁵ saudade de teu pai que morreu*”.

⁵ As barras, além dos demais símbolos que doravante aparecerão nas cartas, pertencem às Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos do PHPB (Projeto para a história do Português Brasileiro). Para uma melhor compreensão deles, veja o Anexo B.

O *corpus* selecionado para esta análise compõe-se de dois jornais: *O Amigo do Homem e, da Patria* (1829-1831) e o *America* (1870-1871). A seleção desses jornais é justificada por dois motivos: primeiro, por pertencer à fase inicial da imprensa gaúcha; segundo, por pertencer à fase final do século XIX, abarcando uma faixa-linha temporal.

Inicialmente, nossos estudos concentraram-se nos jornais gaúchos do século XIX. Fizemos uma leitura que examinava formas variáveis de natureza diversificada. Procurávamos por fenômenos proclíticos e formas variantes de tratamento; no entanto, os jornais apresentavam poucos dados em relação ao que buscávamos. Encontramos alguns dados somente em trechos folhetinescos. Porém, um dos jornais, o *America*, contém um folhetim chamado *Monge Negro*, de Torquato T. Mattos, vertido por Zacarias Salcedo⁶. Devido à versão realizada para a língua portuguesa, não podemos afirmar que essa fonte revele uma variedade gaúcha; ainda assim, ela foi utilizada como uma espécie de amostragem do fenômeno de alternância de clítico em relação ao verbo (se próclise ou ênclise). Com isso, decidimos adotar também cartas, por representarem uma fonte mais segura e mais precisa para este estudo, por conhecermos seus redatores e pela vasta literatura produzida acerca das personalidades estudadas.

Nosso *corpus* de cartas é restrito ao núcleo familiar de Júlio de Castilhos. Ao todo, possuímos sete cartas, correspondendo a aproximadamente 17 páginas manuscritas. Examinamos duas cartas escritas por Júlio de Castilhos à sua noiva Honorina; quatro cartas escritas por sua mãe, Carolina, endereçadas ao seu esposo, Francisco, e a seu filho, Júlio de Castilhos; uma carta escrita por Francisco Ferreira de Castilhos em nome de outra pessoa.

A transcrição das cartas analisadas para este estudo seguiu as normas estabelecidas pelo *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*⁷. Este projeto normatizou as transcrições de documentos manuscritos antigos feitas por pesquisadores, com a finalidade de

⁶ É muito difícil saber a origem ou identidade de redatores, de tradutores ou de outras pessoas que participaram dos jornais. Não se tem registro também de onde vieram muitas dessas versões.

⁷ Segundo o PHPB (<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>), as cartas devem ser transcritas da maneira que segue, como exemplo de algumas normas: 1) A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docomercio”; “edemarcando tambem lugar; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; 2) Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [...] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível] + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível] em Java”. 3) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: “Es- | taes pois muito atrazado, ponde-vos na | pira meu ignorantão. || Seria bonito que todas as.”

preservar o conteúdo original dos documentos e suas peculiaridades, assim como uniformizar o padrão de transcrição como um Banco de *Corpora*.

4.1 Levantamento de dados

A seguir, mostraremos primeiramente os dados encontrados nos jornais e, após isso, extrairemos passagens das cartas para ilustrar a posição do pronome oblíquo em relação ao verbo (*dá-me* versus *me dá*), bem como o emprego do pronome em segunda pessoa do singular (formas *tu, te, ti* em contraste com *Vossa Mercê, se, lhe*). No término da exposição, iremos confrontar os dados obtidos com as hipóteses e os objetivos do presente estudo.

4.1.1 Dados em jornais

Os jornais foram examinados na sua totalidade, pois sua organização não é uniforme entre os exemplares. Sua articulação estrutural é variável e diferente dos jornais de hoje. Por exemplo, a carta do redator (atualmente do editor), aparece ora no início, ora no final do jornal, ou nem se apresenta. Há geralmente mais notícias do exterior do que do próprio país. Há muitas críticas, troca de ofensas entre políticos, entre outros assuntos. Os anúncios são variados e normalmente se referem à fuga, venda ou procura de negros escravos.

Apesar de dispormos de muitos exemplares (circulação bissemanal, geralmente), a linguagem usada era muito próxima a de um português clássico, ligado ao latim. Por isso, formas de segunda pessoa do singular foram raríssimas: ao todo, encontramos uma única ocorrência nas passagens de folhetins (Exemplo 3), como pode ser visto abaixo:

- (1) Então, proseguio Tula, seguindo o curso de suas reflexões: separando-**te** do lar que deo **te** o calor. (AMERICA, 1870, p.4, grifo nosso)
- (2) Um pobre padre, que teve que lembrar-**se** (AMIGO DO HOMEM E, DA PATRIA, 1829, p.3, grifo nosso)
- (3) **Tu**, tiveste valor para entregar aleivosamente os teos parentes, e amigos, (AMIGO DO HOMEM E, DA PATRIA, 1829, p.3, grifo nosso)

- (4) O apoio solido que chama-se opinião pública. (AMERICA, 1870, p.4, grifo nosso)

Em relação ao fenômeno de próclise/ênclise, há muitos casos variáveis, como pode ser observado nas seguintes passagens:

- (5) Arfam-**lhe** os seios, e o pudor virgíneo (AMERICA, 1870, p.2, grifo nosso)
 (6) **Lhe** incendeie as faces sob o casto véo (AMERICA, 1870, p.2, grifo nosso)
 (7) **Me** faseis tremer sem saber porque (AMERICA, 1870, p.2, grifo nosso)
 (8) Esforça-**se** por esse meio para obter a sua felicidade. (AMIGO DO HOMEM E, DA PATRIA, 1829, p.1, grifo nosso)

Nos exemplos acima, percebemos diferentes aplicações dos proclíticos e enclíticos. Nessas amostras, os pronomes átonos aparecem ora anteriores ao verbo, ora pospostos ao verbo. No caso do pronome *te*, no Exemplo (1), a ênclise é utilizada em *separando-te*, mantendo a estrutura canonizada pelo português europeu, assim como no exemplo seguinte, *deo te o calor (deu-te o calor)*. Já em relação aos Exemplos (6) e (7), percebemos que os pronomes átonos *lhe* e *me* foram utilizados no início da sentença, sendo que nesse caso a ênclise era esperada.

Esses poucos dados mostram a preferência no uso da ênclise, assim como ocorre no português europeu. Conforme Barbosa (2005), os jornais parecem, pois, refletir uma língua clássica erudita.

4.1.2 Dados em cartas

Cartas de Carolina de Carvalho Prates para Júlio de Castilhos (filho) e para Francisco Ferreira de Castilhos (esposo):

Foram examinadas três cartas escritas por Carolina de Carvalho Prates para seu filho e uma para seu esposo. As cartas dela apresentam tom saudosista e também de lamentação, pois a mãe de Júlio costumava contar-lhe causos de doenças e moléstias, bem como mantê-lo atualizado sobre o que acontecia na Reserva, (fazenda que pertencia à família). Essas cartas

foram escritas pouco antes de seu falecimento (1890), com exceção da carta endereçada ao seu marido (1866), na qual traz notícias da fazenda.

Apesar de pertencer à aristocracia, Carolina apresenta traços de oralidade em sua grafia, bem como a inabilidade de um bom português de época, como pode ser visto nas passagens abaixo:

- (1) | | Tanto eu como a Cassia estamos completamente desanima = | das de vivermos aqui um | lugar izolado sem [*inint.*] | completamente asociedade é | péssima gente muito **iguinorante** (PRATES, C., Carta 2, 1894, grifo nosso)
- (2) tudo muito carro e [*inint.* + 1 linha] | [?] cação de filhos sobre tudo, | eu ainda tenho o recurso de ir | para a reserva em quanto | passar bem de saude. | | Hoge sou testemunha do lugar | péssimo que a Cassia tem de | moral pelo menos pelo menos quatro annos | com uma filha quaze mossinha | e mais filhinhas para **iducar** (PRATES, C., Carta 2, 1894, grifo nosso)

Destacamos, nos trechos das cartas a seguir, formas pronominais.

- (1) elle aqui | esteve dois dias **deu-me** alg[?]ul | medicamentos felismente estou | **multo** melhor ja durmo bem | anoite que eu não podia dor | mir e tinha **multa** falta de ar | estou tomando os mesmos medica= | mentos que ahi tomava. | o Tempo aqui ate o dia 5 deste | | P. S. | Dezejo saber, | se já mudose, | para Cidade, |e tambem fasso ardententes, | | voctos **vos** indo **multo**, | bem com sua repú= , | blica | | (PRATES, C., Carta 1, 1890, grifo nosso)
- (2) Amado refugiar-se o que fes refugando | 41 mula por novas esta | tropa He poco mais [*inin.*] de que a que esta | va urangem omesmo Maneco **me ofere=** | **ceu** o refugo da dicta tropa aquatro | (PRATES, C., Carta 4, 1890, grifo nosso)
- (3) De sua | Muito exchemosa | mai | | P.S | Assignei a | Federação só, | ausente | saber o que acha a | teu respeito. | A Cassia **enviote** um saudoso abraço | e um beijo aquerida Eugenia (PRATES, C., Carta 2, 1894, grifo nosso)
- (4) Não **esquecete dar-** me lo= | go arespоста de que **te** péssimo. (PRATES, C., Carta 2, 1894, grifo nosso)
- (5) Aproveito o bom portador | para **derejirte** estas pocas | linhas fazendo ardententes [?] noctas | (PRATES, C., Carta 4, 1866, grifo nosso)
- (6) A dias **escre-** | **vi-te** uma carta **falando-te** | se podia o não o Carnilho | ser removido para Santa | se pode para conservar a cu- | marca vaga por algum tem- | po se assim for **responda-me** | logo acarta o Carnilho de na- | da sabe eu e que **falto-te** | (PRATES, C., Carta 1, 1890, grifo nosso)
- (7) neste sentido porque acho im- | posivel viver-se neste lu- | gar tão atrazado sem o me- | nor recurso e tudo **multo** defi- | sel. [espaço] **Manda-me** noticias (PRATES, C., Carta 3, 1890, grifo nosso).

Em relação às formas pronominais adotadas por Carolina, percebe-se que há uma predileção pelo emprego da ênclise. Talvez isso demonstre algum tipo de preferência e/ou desconhecimento dos empregos pronominais vigentes em sua época.

Os trechos a seguir apresentam as formas de tratamento:

- (1) **De Sua** | *muito* es[s]t[?]moza mai | amiga | Carolina (PRATES, C., Carta 1, 1890, grifo nosso)
- (2) No dia 2 deste tive o prazer de receber **sua** | *muito* estimada carta dactada de 4 do passa-| do (CASTILHOS, C., Carta 4, 1866, grifo nosso)
- (3) Manda-me noticias | **tuas** do Assis Cecilia e filhinhos | pois desde que vim da hí (PRATES, C., Carta3, 1890, grifo nosso)
- (4) A continuação de **tua** precioza | saude e da prezada Comadre e minhas | queridas netinhas *muito* desejo, | eu infelizmente a dias passei | um poco mal mandei buscar | o Do.tor Pantalião (PRATES, C., Carta 1, 1890, , grifo nosso)
- (5) mil quinhentos não aceitei a desconfian =| do que **Vossa Mercê** [inin.] movasse por pedidos | do mesmo Maneco (PRATES, C., 1866, Carta 1, grifo nosso)
- (6) De **Sua** *muito* extremoza mia [?] || Carolina (PRATES, C., Carta 3, 1866, grifo nosso)

Esses trechos tornam evidente a alternância de usos dos pronomes de tratamento. Em (1), (2) e (6), *sua* exerce a função de pronome de tratamento. Em (3) e (4), *tua* exerce a função de pronome de tratamento, e em (5) há *Vossa Mercê* que é mais comumente reconhecido como pronome de tratamento. Essa variabilidade sugere não haver apenas uma forma correta no uso dos pronomes de tratamento no período oitocentista.

Carta de Francisco Ferreira de Castilhos:

Leu-se uma única carta de Francisco Ferreira de Castilho. Percebemos na análise desta carta que o autor ainda não se deixou influenciar por um uso do pronome *tu* em sobreposição ao pronome *você*. Dessa carta destacamos os usos de *Vossa Mercê* sendo aplicado em relação simétrica de inferior para superior, assim como analisado por Lopes e Machado (2005).

Os trechos a seguir apresentam as formas de tratamento:

- (1) Accuso a recepção de sua estimada carta com dacta| de 12 D' Outubro passado, estimando *muito* a continuação de sua saude,| e *muito* dezejo que seja acompanhada de prosperidade. Em [espaço] quanto o que **Vossa Mercê** sollicita saber que eu diga aq^m **Vossa Mercê** deve em|regar a importância do credito que tenho (CASTILHOS, F., Carta 1, 1861, grifo nosso)
- (2) **Vossa Mercê**, como espero, fico só –| a restar duzentos mil reis. [espaço] Sem *mais* assumpto| só adezejar-lhe boa saude, asua ilustre Espoza – Saudan|do a Deus [manhãs] todas, e a Im^a sua mãe aq^m *minhas* famílias| envia visitas. [espaço] Mande a quem é com estima e aqui sempre as esperamos por seo (CASTILHOS, F., 1861, grifo nosso)

Cartas de Júlio de Castilhos a Honorina (sua esposa):

As cartas de Júlio de Castilhos destinadas à esposa são românticas e contêm teor literário. Porém, em algumas delas, ele inicia elogiando-a e, do meio para o fim, faz críticas ácidas ao modo como a esposa seleciona os assuntos para redigir uma carta.

- (1) O que eu não via não era mais | aquelle risonho e florido do “Itapevy”, | onde tantas e róseos dias deslisaram-se docemente | para nós! Não, não era mais aquelle | abençoado lugar, onde perene= | mente dimanava de **ti** o [espaco] | doce encanto que **me** passava a alma – cheia de claridades | luminosas – junto a **ti**; onde, | **vendo-te** e **ouvindo-te**, sentia (CASTILHOS, J., Carta 2, 1883, grifo nosso)
- (2) **Felicito-te** por **te** veres temporariamente | restituída ao teu estimado pai | (a quem me recommendarás) e é **tua** terra predileta. | | Estou muito ansioso por carta **tua** como podes avaliar. (CASTILHOS, J., Carta 1, 1883, grifo nosso)
- (3) e a lembrança de **ti** continúa persisten- | te a **absorver me** toda a actividade do espirito, | eliminando d’elle todo e qualquer pensamento, toda a idéa que não se relacionem intimamente a **ti**. (CASTILHOS, J., Carta 2, 1883, grifo nosso)

Nos exemplos destacados nas cartas de Júlio de Castilhos, podemos perceber empregos pronominais diferentes dos de sua mãe. Por exemplo, a troca dos pronomes *tua* por *sua*, e a posição dos clíticos *ti* e *me*, aplicados ao contexto padrão da língua portuguesa. Podemos perceber que Júlio, por ser um homem estudado, com formação em Direito e Jornalismo, imprime em sua escrita um português moderno e mais próximo do modelo europeu. A relação entre os exemplos sugere que, se Júlio utilizasse a norma do português vigente no Brasil, as mesmas construções utilizadas por Carolina de Carvalho Prates teriam se manifestado em sua escrita.

Constatamos também que, assim como no estudo de Lopes e Machado (2005), há um uso majoritário do pronome *tu* nas correspondências de Júlio de Castilhos (4), (5) e (6). As autoras afirmam que esse uso acontecia nas relações simétricas de amizade e nas relações íntimas de família. Esta constatação mostrou-se na leitura das cartas, e é possível perceber estes elementos nos seguintes exemplos:

- (4) sim um pequenino desgosto originado do seguinte motivo| é que, além de serem sempre as tuas cartas extrema- | mente laconicas, **tu** transformaste em principal assumpto d [ilegível] o assumpto referente às informações perdidas (CASTILHOS, J., 1883, Carta 2, grifo nosso)
- (5) **tu** me accendeste n’alma! (CASTILHOS, J., Carta 1, 1883, grifo nosso)

- (6) Soube por carta de D. Anninha que **tens** consagra- | do quasi exclusivamente teu tempo á leitura e á pintura, votando pouca applicação á musica e o canto. (CASTILHOS, J., Carta 2, 1883, grifo nosso)

Lopes e Machado (2005) também fizeram um levantamento em cartas, no qual encontram o pronome *você* sobrepondo-se ao pronome *tu*. Verificamos que em nosso *corpus* não há tal fenômeno nos escritos de Júlio de Castilhos. Contudo, na escrita de Carolina de Carvalho Prates ocorre a variação constatada pelas autoras.

Como podemos perceber, mãe e filho se encontram em campos opostos: Júlio de Castilhos, jornalista, advogado e político, procuraria imprimir em seu texto marcas linguísticas modelares, a fim de que sua esposa aprendesse a produzir boas cartas, uma vez que ele a critica por ser lacônica ao escrever-lhe. Carolina, por ser mãe de um homem eminente, talvez tenha tido precaução para não demonstrar traços de coloquialismo em seu texto. No entanto, como avaliamos, vimos que ela acaba por revelar características da língua oral, bem como utiliza uma variedade diferente daquela do português europeu.

Retomamos aqui nossas hipóteses:

- (i) Cartas pessoais, por se aproximarem mais de uma linguagem informal e da oralidade, podem trazer elementos que atestem uma sincronia do português brasileiro gaúcho.
- (ii) A variedade linguística oitocentista gaúcha apresenta sinais de variação de uso proclítico, ora utilizando o pronome na posição de próclise, ora na de ênclise, evidenciando surgimento de um português brasileiro.
- (iii) A variedade linguística oitocentista gaúcha apresenta sinais de variação de uso do pronome de segunda pessoa do singular tanto na função de sujeito como na de pronome oblíquo.

Em relação à hipótese (i), acreditamos que as cartas em contexto informal, mais especificamente as de Carolina de Carvalho Prates, esboçam uma sincronia no português gaúcho por conterem variações orais e também por terem variações enclíticas em contextos proclíticos, mostrando uma movimentação não padronizada que pode evidenciar uma variedade em sincronia no português gaúcho.

No que se refere à hipótese (ii), constatamos que a variedade gaúcha oitocentista também dá preferência à ênclise; logo, confirmamos, parcialmente, a segunda hipótese, pois verificamos a utilização majoritária da ênclise no português gaúcho. Além disso, constatamos

que a variedade linguística oitocentista gaúcha parece apresentar o uso da forma *tu* para a segunda pessoa e não a forma pronominal *você*, na posição de sujeito.

As cartas de mãe e filho analisadas nesta seção são um testemunho das reviravoltas linguísticas que ocorreram no século XIX. Essas cartas podem revelar a forma como os falantes da época reagiram a esses processos de mudança, visto que o século XIX foi marcado por embates entre a normatividade e a não normatividade, que seguiram direções opostas. Além disso, essas cartas revelam uma predileção por um português ora clássico ora moderno.

Acreditamos que as cartas em contexto informal, especialmente as de Carolina de Carvalho Prates, esboçam uma sincronia no português gaúcho, por conterem variações orais e também por trazerem variações enclíticas em contextos que imaginávamos ser proclíticos.

A hipótese (iii) foi confirmada, parcialmente, pois, como foi demonstrado nos exemplos examinados, não há variação do pronome de segunda pessoa na função de sujeito e nem na função de objeto. O que se verifica em ambas as funções, na verdade, é a predominância do pronome pessoal *tu* em detrimento do pronome pessoal *você*, que se imaginou ocorrer no período oitocentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo analisar a construção da variedade gaúcha do português oitocentista por meio da análise dos fenômenos clíticos – próclise e ênclise – e dos pronomes de tratamento de segunda pessoa, sendo estes verificados em manuscritos antigos do século XIX. Analisamos trechos de jornais e transcrições de cartas que pudessem confirmar as hipóteses levantadas; porém, como a pesquisa que deu origem a este trabalho está em andamento, nossos *corpora* estão em processo de construção e aprimoramento. Logo, ainda precisamos aferir uma série de outros fatores em relação às cartas. Existem poucas fontes bibliográficas acerca do fenômeno analisado, especialmente no caso do Rio Grande do Sul.

O estudo do passado da língua em Linguística Histórica não é tarefa fácil. Então, em alguns casos, as hipóteses formuladas anteriormente podem não se sustentar pela escassez de dados. Assim, antes de analisarmos as cartas da família Castilhos, acreditávamos que poderíamos contrastar as variáveis clíticas com as proclíticas em contextos familiares, pois a análise tinha como personagens eminentes membros de uma aristocracia letrada, que poderiam apresentar em seus textos uma variação no uso dos pronomes pessoais e de tratamento. Contudo, esse fenômeno não ocorreu da maneira esperada, o que não totalmente permitiu a confirmação da hipótese de que o pronome de segunda pessoa e suas variantes contribuíram para a formação de um português diferente do europeu no período oitocentista.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 25-42.
- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afrânio (Org.). **A Norma Brasileira em Construção: cartas a Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda., 1975.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, Coordenação Editorial do Rio Arte/Fundação Rio, v. 5, n. 12, dez. 1990. p. 50-55.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua portuguesa no Brasil**. ALFA, v.1, 1962, p. 9-24. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/delta/v26n1/11.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COUTINHO, Ismael Lima de. **Pontos de Gramática Histórica**. 6. ed. Rio Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- FARACO, Sergio da Costa Franco. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1967.
- GEHLEN, Juliana. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho** . 2. ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009.
- ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2008.
- KATO, Mary et al. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia, 2006, p. 413-438.
- LASS. Roger. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: CUP, 2000.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; MACHADO, Ana Carolina. Tradução e Inovação: Indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoa nas cartas dos avós. In: LOPES, Célia

Regina dos Santos. **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 25-42.

MARCOTULIO, Leonardo L. As Formas de Tratamento: percurso histórico. In: **Língua e História: O 2º Marquês de Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Ítaca, 2010. p. 19-52.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. O estudo da mudança do som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. In: **Letras de Hoje,** Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 40, n. 3, set. 2005.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. **Origens do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2002.

NASI, Roberto. **Variáveis Fonológicas em Jornais Gaúchos do Século XIX.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56106/000858418.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

PAGOTTO, Emílio G. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico.** Campinas: UNICAMP, 1992. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000046658ia>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

PAGOTTO, Emílio G. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afrânio. **A Norma Brasileira em Construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899).** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 107-166.

PAGOTTO, Emílio G.; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Gênero e Norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, Célia Regina dos Santos. **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 67-81.

PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa M. Gomes. **Arquivo Particular Júlio de Castilhos: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas.** Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/69/502>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SAID ALI, Manuel. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa.** 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

SCHIAVON, Carmen G. Burgert.; SILVEIRA, João Paulo Borges da. **O Comércio de Amas de leite no jornal Diário de Porto Alegre durante o ano de 1827.** Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_00945.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

SILVA, Marinalva Freire da. **A Ortografia Lusofônica: breve histórico.** Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/193/1414>. Acesso em: 19 nov. 2013.

SODRÉ, Néilson. **História da Imprensa no Brasil**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/101233336/SODRE-Nelson-Werneck-Historia-da-imprensa-no-Brasil>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

TARALLO, Fernando L. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. 237p. Tese (Doutorado) – Philadelphia Univ. of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIANA, Aniceto R. G. **Ortografia Nacional**: simplificação e uniformização das ortografias portuguesas. Lisboa: Viuva Tavares Cardoso, 1904.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

Lista de jornais

CASTRO, Lourenço Júnior de; SILVEIRA, Tomás Inácio da; DUBREUIL, Cláudio. **O Amigo do Homem e, da Patria**. Porto Alegre, 1829.

SALCEDO, Zacarias de; J. M. Estrella. **Jornal America**. Rio Grande, 1870.

Lista de cartas

Cartas de Carolina de Carvalho Prates a Júlio de Castilhos:

Carta 1: PRATES, Carolina C., São Martinho, 7 ago. 1890.

Carta 2: PRATES, Carolina C., São Martinho, 25 jul. 1894.

Carta 3: PRATES, Carolina C., São Martinho, 3 ago. 1890.

Carta de Carolina de Carvalho Prates a Francisco Ferreira de Castilhos:

Carta 4: PRATES, Carolina C., Reserva, 1 jun. 1866.

Cartas de Júlio de Castilhos a Honorina Castilhos:

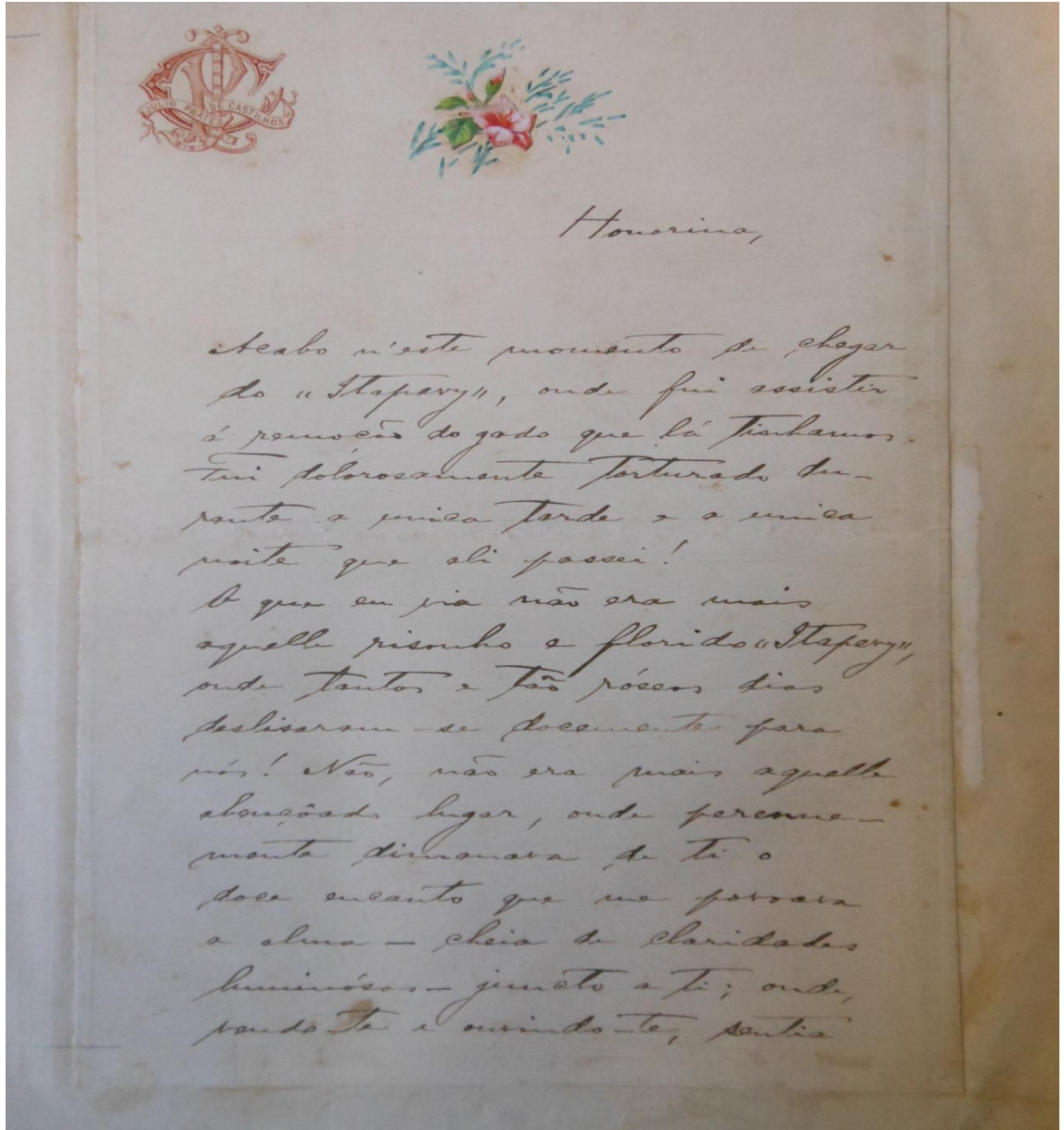
Carta 1: CASTILHOS, Júlio de, Reserva, 12 fev. 1883.

Carta 2: CASTILHOS, Júlio de, Porto Alegre, 8 abr. 1883.

Carta de Francisco Ferreira de Castilhos a Carlos Pacheco:

Carta 1: CASTILHOS, Francisco F. de, Reserva, 16 nov. 1861.

ANEXO A: Fac-símile de uma carta



ANEXO B: Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos

Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)
 Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos
 Edição Semidiplomática

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “*etc.*”, “*Sr.*”, “*Sr.^a*”, “*Ltda.*”, “*Cia*”, “*V. Ex*” e “*D.*” permanecem inalteradas.
 - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “*munto*”, que leva a abreviatura “*m.^{to}*” a ser transcrita “*munto*”.
 - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “*Deos*” e “*Deus*”, que levam a abreviatura “*D.^s*” a ser transcrita “*Deus*”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “*epor*” “*ser*”; “*aellas*”; “*daPiedade*”; “*omninino*”; “*dosertaõ*”; “*mostrandoselhe*”; “*achandose*”; “*seseque*”.
4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passam eninguemcomparece”. Serão observados dois casos especiais:
 - a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: □ E Paõ doce, voce sabe fazer? □ ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docomercio”; “edemarcando tambem lugar; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”; “fomos a ele”; “fomos á ele”; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original. Exemplos: “atira- | mos” e “atira= | mos”.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo, “Nota 1: Acawado por acamado.”. Se for inevitável, por limites do editor de textos, o erro será descrito. Exemplo, “Nota 2: A letra <a> inicial de ‘affirma’ está invertida”

8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirassocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;

9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <□>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em dezembro recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devera haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre’.”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro

nolargo damatriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.

10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplos: “~~todos ninguém~~ dos presentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] em direção opaço.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho: ‘página 18’”; “Nota 3: Na margem superior encontra-se o carimbado ‘Arquivo Nacional’”.

12. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[re]gue o [rapaz].; “faça venda a duas b[arric]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[?]r.”; “É assim [inint.] em Java”; “É assim [inint. + 2 linhas] em Havana.”

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será

indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: “Es- | taes pois muito atrazado, pondevos na | pira meu ignorantão. || Seria bonito que todas as.”

16. A mudança de fólho ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v]; [fol. 2r]; [fol. 2v]; [fol. 3r]; [fol. 3v]; [fol. 16r].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2]; [p. 3]; [p. 19].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e *layout* do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.